

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

YURI DOS SANTOS SOUZA

**COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS: BREVE HISTÓRIA, USO E
ENSINO**

**Jaguarão
2023**

YURI DOS SANTOS SOUZA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS: BREVE HISTÓRIA, USO E ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Leonor Simioni

**Jaguarão
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S719c Souza , Yuri dos Santos
Colocação pronominal no português: breve história, uso e ensino. / Yuri dos Santos
Souza .
36 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, LETRAS -
PORTUGUÊS E ESPANHOL, 2023.
"Orientação: Leonor Simioni".

1. Linguagem . 2. Linguística . 3. Gramática . 4. Pronomes átonos. 5. História . I.
Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

YURI DOS SANTOS SOUZA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS: BREVE HISTÓRIA, USO E ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20/03/2023.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Leonor Simioni
Orientadora
UNIPAMPA

Profa. Dra. Camila Gonçalves dos Santos do Canto
UNIPAMPA

Profa. Dra. Camila Witt Ulrich
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **LEONOR SIMIONI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CAMILA WITT ULRICH, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2023, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CAMILA GONCALVES DOS SANTOS DO CANTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2023, às 21:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1071540** e o código CRC **C6CF810B**.

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Leonor Simioni;
aos demais professores;
a todos os colegas de curso.

“Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo [...]”.

Adélia Prado

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar a história dos pronomes átonos no português, a fim de, posteriormente, refletir sobre o ensino da colocação pronominal na língua. Uma retrospectiva do fenômeno no idioma é imprescindível para a compreensão das mudanças referentes a este uso pronominal nas posições que serão trabalhadas, ou seja, próclise e ênclise. Tal pesquisa se baseará em dados apresentados por Mattos e Silva (2016), Castro (2011), Carneiro e Almeida (2009), Galves (2015), Kato (1999), Martins (2018) entre outros que auxiliarão com os dados históricos. O trabalho, também, visa trazer uma reflexão sobre o ensino da colocação pronominal nas gramáticas normativas e na sala de aula e, por fim, trazer uma proposta para auxiliar os professores de ensino fundamental ou médio a abordar o tema com maior facilidade e adotando outras propostas de ensino.

Palavras-Chave: Pronomes átonos; Português; Ensino.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo reflexionar sobre el uso y el desuso de los pronombres clíticos en posición de próclise y ênclise, a fin de proponer una alternativa para la enseñanza del fenómeno lingüístico. Una retrospectiva del fenómeno, en el idioma, es necesaria para la comprensión de los cambios referentes al uso pronominal en las dos posiciones que serán trabajadas, o sea, próclise e ênclise. Tal pesquisa se basa en datos presentados por Mattos e Silva (2016), Castro (2011), Carneiro e Almeida (2009), Galves (2015), Kato (1999), Martins (2018) entre otros que contribuyeron con los datos históricos. El trabajo, también, visa traer una reflexión acerca de la enseñanza de la colocación pronominal en las gramáticas normativas y en las clases de portugués para, por fin, traer una propuesta para auxiliar los profesores a abordar el tema con mayor facilidad y adoptando otras propuestas de enseñanza.

Keywords: Pronombres átonos; Portugués; Enseñanza.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos do português: do clássico ao brasileiro	11
Quadro 2 – Porcentagem sobre o uso da próclise e da ênclise ao longo dos anos	14
Quadro 3 – Resumo de todos os períodos do português, sobre próclise e ênclise	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BREVE HISTÓRIA DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS	13
1.1 No português arcaico	13
1.2 No português clássico	17
1.3 No português moderno	18
1.4 No português brasileiro	19
2 O ENSINO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL: REFLEXÕES E PROPOSTAS	23
2.1 A colocação pronominal nas gramáticas tradicionais	23
2.2 Reflexões acerca do ensino da colocação pronominal nas escolas brasileiras	26
2.3 Proposta educacional	27
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu de uma curiosidade sobre a colocação dos pronomes átonos no português brasileiro, visando as causas do desaparecimento da ênclise, tanto na produção oral, quanto na produção textual já que, segundo as gramáticas normativas, a posição natural do pronome átono é pós-verbal na oração principal, excetuando quando há atratores ou proclisadores. No entanto, a colocação natural brasileira é proclítica, contrariando todas as gramáticas escritas e difundidas dentro do país; por isso, a questão: por que ensinar um português que não condiz com o falado (e escrito) no Brasil? A reflexão sobre o ensino de pronomes átonos, tanto a que está exposta nas gramáticas tradicionais ou normativas, quanto nas salas de aula, tem como princípio motor essa questão para que, por fim, possa haver uma proposta educacional em que o foco não está no ensino de conceitos, mas na produção oral e escrita da colocação pronominal que condiz com o português falado pelos alunos. Por isso, a história dos pronomes átonos no português torna-se essencial, porque o professor poderá apresentar, aos alunos, as modificações que o idioma sofreu ao longo dos anos até que se transformasse naquele que eles, hoje, produzem todos os dias.

A ideia de uma breve história da colocação dos pronomes átonos no português, partindo do período arcaico até o contemporâneo, não pretende, com isso, ser uma análise exaustiva sobre todas as causas das mudanças e usos ao longo dos anos. Antes de tudo, é preciso definir o que é e quais são os pronomes átonos. Segundo o Dicionário de Linguística, “átônica” é “toda sílaba que não leva acento” (DUBOIS et al., 2006, p. 72); em seguida, define “pronomes átonos” sendo “os pronomes pessoais (obliquos) que se colocam antes, depois ou no meio do verbo (*tmese*) ou do auxiliar, com a função de complemento; assim, as formas *o*, *me*, *se* são formas átonas.” (DUBOIS et al., 2006, p. 72). Para o termo “clítico”, os autores afirmam que:

Dão alguns o nome de clíticos aos pronomes átonos, como *me*, *te*, *se*, *o*, *a* [...] . Um uso mais lato do termo, e mais justo, é o que se aplica a todos os monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem, ou dentro das quais eles se põem. (V. Enclítico, mesoclítico e proclítico.) (DUBOIS et al, 2006, p. 104).

A partir dessa definição se poderá averiguar, na história, o uso da colocação pronominal em diversos contextos. No português brasileiro, o uso comum dos clíticos é em posição de próclise, ou seja, pré-verbal em orações afirmativas, como no exemplo:

(1) O Vinícius **me** visitou hoje.

No português “de todas as épocas”, segundo Cardeira, em *Gramática histórica do português europeu*, sempre houve partículas atratoras, assim chamadas porque “atraem” o clítico para a posição pré-verbal; são elas, “a negação *não*, os advérbios *assim, logo, mais, já, bem* etc.” (2021, p. 162). Assim, o exemplo a seguir seria caracterizado como hipercorreção tanto em português brasileiro como em português europeu:

(2) O Vinícius *não* trouxe-**me** o brinquedo.

Na seção 1.3 será especificado o motivo da próclise ser mais utilizada no português brasileiro atual, sendo comum até em frases em que a norma gramatical prevê a ênclise. Na maioria das gramáticas normativas, são estabelecidas regras sobre o emprego das próclises, ficando subentendido que, nas demais posições, a preferência é o uso da ênclise, como por exemplo:

(3) Viu-**me** ontem.

Isso, segundo os gramáticos normativos e, dentre eles, Rocha Lima, em *Gramática normativa da língua portuguesa*, diz que: “a posição normal dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise). Tal fato se dá”, segundo ele, por: “a) Quando o verbo abrir o período, ou encetar qualquer das orações que o compõem.” (2010, p. 543). Há outras regras que guiam o uso da ênclise, algumas delas serão abordadas na seção 2.1, quando será discutida a visão dos gramáticos tradicionais ou normativos sobre a colocação pronominal.

De onde provém a ideia de que a ênclise é a posição correta? Ao longo dos períodos, serão verificadas as mudanças que o português sofreu desde o período arcaico até o português brasileiro atual. As datas são arbitrárias, muitas das vezes,

pois não há como determinar quando um autor ou um povo passou a usar elementos que o distanciaram de uma língua e, naturalmente, se aproxima de uma nova sintaxe. Deste modo, neste trabalho serão adotados os seguintes parâmetros, a partir da literatura:

Quadro 1 – Períodos do português: do clássico ao brasileiro

Português Arcaico	Português Clássico	Português Moderno	Português Brasileiro
Séc. XIII – XV	Séc. XV – XVII	A partir do séc. XVIII	A partir do fim do séc. XIX

Portanto, após toda a discussão histórica, as reflexões sobre a colocação pronominal nas gramáticas e na escola darão base para a proposta educacional que, não sendo uma ideia fixa do que se deve fazer, poderá auxiliar o professor com formas de abordar o tema, sem que venha a repetir as mesmas normas vagas expostas nas gramáticas, com conceituações difíceis e que afastam o aluno do assunto abordado. Por isso, foi adotada uma proposta, para que o professor tenha liberdade de modificar para adequar-se, como melhor lhe parecer. A ideia de propor meios de se trabalhar o assunto dos pronomes átonos é devido à constante utilização das regras antiquadas ao português brasileiro, sendo que tais normas persistem, por causa do uso constante em gramáticas, concursos e provas de vestibular. Mas a escola, além de preparar os alunos para essas necessidades sociais, deve também, instruí-los a fim de que tenham domínio de seu próprio idioma; assim, o professor não precisará deixar de lado a próclise e a ênclise, mas orientar o aluno a utilizá-las em seus devidos contextos.

1 BREVE HISTÓRIA DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS

1.1 No português arcaico

Como vimos, o estabelecimento dos períodos históricos do português não é fixo, mas variável. Ainda assim, “os historiadores e filólogos que a esse período do português se têm dedicado são unânimes em situar seu início nos princípios do século XIII [...]” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 21), tal fato é comprovado porque “é nesse momento que a língua portuguesa aparece documentada pela escrita”. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 21), sendo o primeiro texto denominado de *Testamento de Afonso II*, de 1214.

O *Testamento*, além de ser um documento histórico, está livre, digamos assim, das regras gramaticais que regerão a fala futuramente¹; ou seja, neste documento, o que há é a representação escrita da produção oral dos portugueses com todos os detalhes fonéticos expressos por meio de sinais, por exemplo, do til (~) para assinalar nasalização de uma vogal; como em: *Coïbria* (Coimbra), e *Temête* (Temente). O documento de Dom Afonso II não apresenta a ênclise em nenhum trecho do texto, podendo-se supor assim que o mais comum, no português arcaico, era o uso da próclise.

Segundo Castro, no português antigo, como ele denomina o português arcaico, “na oração principal (sem proclisadores²), o clítico é adjacente ao verbo e tanto pode estar em próclise como em ênclise, mas esta é mais frequente.” (2011, p. 196). Seguindo, afirma que “na oração subordinada (e principal com proclisadores), o clítico está sempre em próclise, podendo ser adjacente ou não ao verbo”. Assim, percebe-se que a próclise e a ênclise sempre conviveram. Abaixo, na tabela apresentada, segue a porcentagem de próclise e ênclise ao longo dos anos.

Quadro 2 – Porcentagem de uso da próclise e da ênclise ao longo dos anos

¹ Neste período, não havia uma gramática que organizasse a “nova” língua dos lusitanos, já que o idioma dos textos e da alta classe era o latim. Este sim seguia as regras normativas das gramáticas da época. O português terá a sua primeira gramática, aproximadamente, entre 1500 e 1545 data “das primeiras reflexões sistemáticas e com intenções normativizadoras, sobretudo a primeira, sobre a língua portuguesa: a *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros.” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 25).

² Assim chamados, pelo autor, os elementos que foram denominados neste texto de “atratores” de próclise.

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-49
Próclise	7,1%	24,6%	41,9%	78,9%	92,7%	98,8%
Ênclise	93,9%	75,4%	58,1%	21,1%	7,3%	1,2%

Fonte: MARTINS, 2002, p. 270 *apud* CASTRO, 2011, p. 196.

Percebe-se que a ênclise era frequentemente usada nos textos portugueses no começo de 1250, data posterior ao Testamento de Dom Afonso II, e como o próprio autor explicou, a ênclise ocorre, principalmente, em orações principais sem os atrativos de próclise; ou seja, aqueles expostos na Introdução deste trabalho. As cantigas de Taveirós, datadas de 1189, apresentam o uso da próclise, como no trecho abaixo:

CANTIGA

No mundo non me sei parelha,
 mentre **me** for' como **me** vay,
 ca ja moiro por vos — e ay!
 mia senhor branca e vermelha,
 queres que **vos** retraya [...].
 (TAVEIRÓS *apud* COUTINHO, 2011, p. 69).

Numa análise rápida, percebe-se a negação *non* atraindo o pronome *me* para antes do verbo *sei*. Nos outros dois casos, o uso natural é a próclise. Sobre a negação no português arcaico, Cardeira afirma que, no latim clássico, havia dupla negação “a ocorrência simultânea de dois elementos negativos num mesmo enunciado [...]”, mas que as línguas românicas “não conservaram esta propriedade e tornaram-se línguas de concordância negativas, isto é, permitem a ocorrência simultânea de um marcador de negação frásica pré-verbal [...]” (2021, p. 161).

Até o momento, os dados apresentados no quadro são quantitativos, enquanto os dados de Mattos e Silva são qualitativos, ou seja, apresenta o funcionamento sintático em determinado contexto.

Segundo Mattos e Silva, analisando qualitativamente os textos, a ênclise é constante se o verbo estiver em posição inicial absoluta, por exemplo:

- (4) Ide-vos a boa ventura.
- (5) Foi-se de noite per aquel logar³.

³ Exemplos 1a.(1) e (2) de Mattos e Silva (2016, p. 194).

Caso o verbo não esteja em posição inicial, pode haver uma variação entre ênclise e próclise, como no exemplo:

- (6) O seu homen *lhi* disse.
- (7) Naturalmente leixou-se sô si⁴.

A autora ainda afirma que “nas frases coordenadas há o predomínio da ênclise. Se os coordenantes são *e*, *mais* e *pero* há sempre ênclise [...]” (2016, p. 194). Em seguida elenca alguns exemplos, dos quais reproduzimos apenas dois:

- (8) *Mais* rogo-te que me digas.
- (9) *Pero* mato-u a paçonha da sa maldade⁵.

Seguindo, a autora aponta ainda que “se entre o coordenante e o verbo ocorrem outros constituintes a próclise predomina e o pronome fica contíguo ao verbo, mas não exclusivamente [...]” (2016, p. 194). Serão citados três exemplos:

- (10) E pero eles o apregoaron.
- (11) E os monges se foron
- (12) E todos *nos* este ventre come⁶.

Mattos e Silva explica que “nos dados dos DSG⁷ o *ca*, classificado, geralmente, como coordenativa, atua como subordinativa, pois é a próclise que ocorre, mas, no entanto, não requer que, havendo outros constituintes, o pronome esteja a ele contíguo [...]” (2016, p. 194).

- (13) *Ca* lhi semelhava que...
- (14) *Ca* a fe nos faz creer as cousas⁸.

⁴ Exemplos 1b. (2) e (3) de Mattos e Silva (2016, p. 194).

⁵ Exemplos 2a. (1) e (2) de Mattos e Silva (2016, p. 194).

⁶ Exemplos 2b. (1), (2) e (6) de Mattos e Silva (2016, p. 194).

⁷ É um manuscrito dos Diálogos de São Gregório encontrado por Arthur Askins.

⁸ Exemplos 1c. (1) e (4) de Mattos e Silva (2016, p. 194).

E ainda: “nas frases reduzidas de gerúndio a ênclise é constante [...]” (p. 195), por exemplo:

(15) E leixando-a sobrela mesa⁹.

E “nas reduzidas de infinito, precedido de PREP ocorre ênclise e próclise [...]” (p. 195); por exemplo:

(16) *Pera apaga-lo*, tanto se mais acendia¹⁰.

Ainda “quando o infinitivo segue outro verbo, o pronome fica proclítico ou enclítico ao verbo que precede o infinito de acordo com o que se observou para subordinadas, negativas, principais e coordenadas.” (p. 195). Exemplo:

(17) *Mandou-lhis pedir*¹¹.

Por fim, Huber, em *Gramática*, afirma que em frases que contenham gerúndio e os verbos *andar*, *ir*, *ser*, *estar*, “o pronome não se encosta ao gerúndio” (1986, p. 343. B *apud* MATTOS E SILVA, 2016, p. 195), por exemplo:

(18) *Andar*: E *andava-o lambendo*¹².

E complementa dizendo que, se a negação estiver antes do gerúndio, ocorrerá a próclise; caso o gerúndio for precedido por uma preposição tanto a próclise como a ênclise são possíveis, como mostram os exemplos:

(19) *Non vos vendo*.

(20) E, *en dando-lh’a*, lhe disse¹³.

⁹ Exemplo 1a. (1) de Mattos e Silva (2016, p. 195).

¹⁰ Exemplo 1b. (1) de Mattos e Silva (2016, p. 195).

¹¹ Exemplo 1c. (4) de Mattos e Silva (2016, p. 195).

¹² Exemplo 1c. (7) de Mattos e Silva (2016, p. 195).

¹³ Exemplos 1c. (8) e (10) de Mattos e Silva (2016, p. 195).

Como percebe-se, o português arcaico, no final do século XIII, apresentava uma quantidade elevada de ênclise nos poucos escritos da época e, aos poucos, a próclise começa a ocupar esse espaço, fazendo a ênclise chegar, segundo os dados de Castro (2011), a 7,3% nos textos do final do século XV. Nos períodos seguintes, novas estruturas permitirão que próclise e ênclise ganhem ou percam espaço dependendo do condicionamento do período histórico.

1.2 No português clássico

Consideramos que o português clássico se inicia a partir dos anos 1500, apesar de não se poder fixar uma data precisa. Neste período, o pronome átono, na maioria das vezes, localiza-se antes do verbo em orações principais e subordinadas. Neste período, a próclise tornou-se preferencial na maioria dos escritos; obviamente, a ênclise ainda aparece nos escritos, mas com menos frequência. Segundo Castro, na oração principal afirmativa “primeiro, próclise e ênclise coabitam; depois, entre os séc. XV e XVIII, a próclise afirma-se; depois disso, a próclise apaga-se perante a ênclise [...]” (2011, p. 196). Tal acontecimento, afirma o autor, ocorreu apenas no português europeu, sendo uma mudança que não ocorreu no português brasileiro. Segundo Martins (1994, apud CASTRO, 2011, p. 197), a partir dos dados retirados de alguns autores, a próclise, ao ganhar ênfase nos textos no princípio de 1500 em diante, passa, progressivamente, a perder espaço para a ênclise novamente.

Discutindo a ênclise no português clássico, Galves elenca alguns trechos retirados dos *Sermões*, do Padre Antônio Vieira. Todas as frases estão dentro de um contexto específico que consiste em um verbo “imediatamente precedido por um sujeito, um advérbio, ou um sintagma preposicional [...]” (GALVES, 2015, p. 62). Como nos exemplos:

(21) As outras profecias **cumprem-se** a seu tempo.

(22) *Estes thesouros, pois, que agora estão cerrados, se abrirão* a seu tempo¹⁴.

Segundo a autora, neste contexto, ao qual ela se refere como Variação I, “a ênclise é marginal no período clássico” (2015, p. 62). Já o contexto de Variação II

¹⁴ Exemplos (1) e (2) de Charlotte Galves (2015, p. 62).

consiste em um verbo “imediatamente precedido por orações dependentes ou por conjunções de coordenação [...]” (2015, p. 63). Exemplos, ainda retirados dos *Sermões*, de Vieira:

(23) *E porque não teve boa informação de seus procedimentos, o chamou á sua presença.*

(24) *E se sois e fostes sempre bom, **julgai-vos** mal.*

(25) *E **lhe pediu** conta¹⁵.*

Para os autores clássicos, a métrica é parte essencial na escrita de um texto; por isso, a cadência entoacional da frase é tão importante, principalmente pelo fato de que os sermões ou as peças teatrais de Gil Vicente eram escritos para serem declamados e/ou encenados. Assim, segundo Galves (2015), há apenas um sistema de regras que está condicionado à prosódia e, portanto, discursiva. Seguindo essa lógica, a lei de Tobler-Mussafia estabelece que um clítico não deve iniciar uma frase entoacional, o que explicaria, por exemplo, o fato de que, nas orações que contêm 9 ou mais palavras, a ênclise tem maior frequência. Segundo alguns autores, a natureza proclítica do português dos brasileiros existe devido à permanência dessa estrutura pronominal que chega ao Brasil com o português falado nas caravelas, o português moderno, que ao final do século XIX sofreu algumas mudanças, resultando em outro idioma: o português brasileiro.

1.3 No português moderno

Nesta seção, serão verificados alguns elementos sobre o português europeu e, diga-se assim, o português europeu no Brasil e, no final do século XIX, a mudança que culminou na formação e distanciamento do português de Portugal e português do Brasil. Segundo Castro (2011), a partir do séc. XVIII, na oração principal a ênclise é obrigatória, caso não haja atratores, ou seja, assim como no português arcaico, a próclise aparece na oração principal apenas quando há proclisadores; excetuando isso, o comum é o uso da ênclise. Nas orações subordinadas, semelhante aos períodos anteriores, é muito frequente o uso da

¹⁵ Exemplos (7), (8) e (9) de Charlotte Galves (2015, p. 63).

próclise ao verbo. Segundo Caetano, sobre a colocação preferencial do pronome átono, afirma que:

É posição preferível – e mais frequente – em orações nas quais palavras de sentido de negação estejam juntos ao verbo, se não houver, reiteramos, pausa entre tal palavra e o verbo. Em geral, será essa palavra um pronome ou um advérbio, sendo certo que mesmo outras (como certas locuções) também possuem o condão de, uma vez tendo o sentido de negação de que se falou, atrair o pronome átono. (2009, p. 369).

A questão interessante neste período é que, no Brasil, até o momento, o português que circulava entre a classe culta, por meio dos textos literários e acadêmicos, foi o português europeu. Em gramáticas tradicionalistas, permanecia a necessidade de uma união dos “portugueses” falados e escritos entre os países lusófonos; deste modo, a forma de conseguir este feito seria estabelecendo regras comuns. Levando em conta a atonicidade lusitana, que causa o ensurdecimento das vogais nos pronomes, por isso, encaixando-se bem em posição enclítica (cf. por exemplo, Cuesta e Luz, 1971). No português europeu, neste período, a próclise torna-se obrigatória nas orações subordinadas e, nas orações principais, quando há atratores de próclise. Retomando, de certa forma, o período arcaico, em que esse padrão se repetia com frequência.

1.4 No português brasileiro

A história de todas as línguas demonstra que há períodos de aquisição de novas estruturas e perdas de elementos fonéticos e sintáticos. No português brasileiro que, segundo alguns teóricos, inicia-se no fim do século XIX, não é diferente; isso porque, naturalmente, ocorreram modificações, ou melhor, um distanciamento do português europeu, principalmente, na oralidade. Entre as mudanças, a colocação pronominal é uma das evidências desse distanciamento. No princípio do século XX, os brasileiros pouco produziam, oralmente, a ênclise, adotando a próclise na maioria dos casos. Além disso, passaram a excluir estruturas como:

- (26) a. Vi-o pela manhã.
b. Deixaram aqui para entregar-te.

c. Tenho que entregá-lo.

Dentre as exemplificadas apenas a (26)c. ainda pode-se ouvir entre os letrados; as demais, dificilmente são produzidas. Apesar disso, na escrita costuma aparecer a ênclise com mais frequência do que na oralidade. Na atualidade, em português brasileiro, há uma substituição do pronome átono, seja em próclise ou em ênclise, para inserir, na posição pós-verbal, o pronome reto, na maioria dos casos, com pronomes de terceira pessoa. Assim afirma Castro, dizendo que “muitas vezes, o pronome pessoal complemento (PE *Eu vi-o*) é substituído, na mesma posição, pelo pronome sujeito (PB *Eu vi ele*)[...]”. (2011, p. 230). Há, também, a tendência de empregar objetos nulos, isto é, deixar “vazia” a posição de objeto quando está subentendido. Vemos essas duas possibilidades exemplificadas em (27.b, c):

- (27) a. Ontem vi o Vinícius, mas hoje não o vi.
b. Ontem vi o Vinícius, mas hoje não vi ele.
c. Ontem vi o Vinícius, mas hoje não vi ___.

Segundo Tarallo (1983 apud KATO, 1999, 207) os pronomes clíticos nulos podem ser substituídos por um pronome nominativo, “principalmente se o antecedente for um ser humano [...]”. Kato (1999, p. 207) afirma que o “pronome nominativo teria, na verdade, um clítico nulo a duplicá-lo [...]”. A autora refere-se a alguns dialetos do espanhol em que ocorrem tais casos; e a afirmativa é exemplificada assim:

- (28) a. Maria procurou você, mas não te viu.
b. Maria procurou o Pedro, mas não -viu ele (= não o viu ele).
c. Maria lo vió (a) él¹⁶.

A próclise, no português brasileiro, encaixa-se melhor na prosódia do idioma; longe de ser uma rejeição proposital do português lusitano, é, na verdade, uma posição nacional e, principalmente, natural. Os exemplos de ênclise, na maioria dos casos, tornam-se antinaturais na produção oral. No início do século XX, há, na produção escrita, uma expansão da colocação pronominal em próclise (CYRINO,

¹⁶ Exemplos (15)a., b., c., de Kato (1999, p. 207).

2018), tentando condizer com a prosódia brasileira. Dentro da produção enclítica, a única que, no meio culto, permanece com mais frequência é com os pronomes “-lo”, “-la” (CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2015), como em:

- (29) a. ... eu primeiro aplicaria sempre em obra de arte, eu adoro aplicar em obra de arte, mas não tê-las.
b. precisa convencê-lo, não é?¹⁷.

A partir disso, vê-se que o uso do “-lo” e “-la” permanece devido a consoante (NUNES, 2018), pois as vogais (o, a, os, as), encliticamente, desapareceram na escrita e na fala no português brasileiro. Já no português europeu ainda ocorrem, porque as vogais são, de fato, átonas ou ensurdecidas. Na pronúncia, tanto no português lusitano, quanto no português brasileiro, algumas vogais modificam-se em finais de palavras, como o “-l” passa a ser “-u”, assim como “-o”; a grande diferença é que, para os portugueses, as vogais são reduzidas, enquanto os brasileiros elevam as vogais (CUESTA; LUZ, 1971). Então, na produção oral, o exemplo fica assim:

- (30) a. Vou chamá-*lu*.

Voltando à natureza proclítica do português brasileiro, há algumas hipóteses que tentam explicar as causas desse padrão; para este trabalho, não será relevante aprofundar-se, nem querer estabelecer uma das opções como mais provável, mas cabe dizer que uma das ideias busca encontrar um paralelo entre o português clássico e o português brasileiro. O quadro 1, na seção 1.1, apresenta, no período clássico, 98% da colocação pronominal proclítica, algo análogo ocorre no Brasil desde pelo menos o final do século XIX. Ou seja, o português europeu passa por mudança, uma frequência maior da ênclise, enquanto no português do Brasil, o português tomou outro caminho, sendo este, a permanência do uso da próclise.

Por fim, o quadro abaixo visa resumir tudo o que foi dito sobre cada período:

Quadro 2 – Síntese da colocação pronominal nos diferentes períodos históricos do português

¹⁷ Exemplos (63) a. e b. de CYRO; NUNES; PAGOTTO (2015, p. 60).

	PRÓCLISE	ÊNCLISE
Português Arcaico	Frequentemente, apenas, na oração subordinada. Na oração principal, apenas quando houver atratores.	Na oração principal, é obrigatória; excetuando, quando há um proclisador ou atrator de próclise.
Português Clássico	Afirma-se como preferida na oração principal e subordinada. Prevalece a necessidade prosódica.	Menos frequente nas orações principais, inexistente em orações subordinadas.
Português Moderno	A próclise é obrigatória nas orações subordinadas.	Nas orações principais, a ênclise volta a ter preferência; excetuando, quando há um atrator de próclise.
Português Brasileiro	Predominante no idioma desde o final do século XIX, tanto em orações principais, quanto em orações subordinadas.	A ênclise permanece no idioma por meio das obras literárias clássicas do país, mas, na oralidade, tornou-se rara.

A partir do que, até o momento, foi explicado sobre as mudanças quanto à colocação pronominal ao longo dos anos. As principais diferenças surgem a partir do século XIX, quando os pronomes átonos, no português brasileiro, permanecem em próclise como no português clássico. Enquanto, no português europeu, a ênclise ganhou esse espaço. Sabendo disso, as abordagens desse conteúdo nas escolas deveriam ser diferentes do que as que são apresentadas nos livros didáticos, mas como modificar essa situação? O melhor método é refletir, discutir e propor práticas de ensino do português; por isso, a próxima seção visa discutir um ponto de vista que leve em conta a língua brasileira produzida pelos brasileiros.

2 O ENSINO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL : REFLEXÕES E PROPOSTAS

2.1 A colocação pronominal nas gramáticas tradicionais

No que consiste a este assunto, cabe ressaltar a relevância que as gramáticas normativas têm para que se tenha uma melhor compreensão do que, realmente, é ensinado dentro das salas de aula. Isso porque é a partir das normas gramaticais que os conteúdos de português são trabalhados e, para isso, uma grande ferramenta é o acervo de autores literários do Brasil e do mundo. Ignorando a produção brasileira culta contemporânea, as gramáticas adotam textos de certos escritores laureados e excluem quaisquer outros que não sirvam para o ideal do “bem escrever”.

Seguindo essa lógica, constroem um painel de autores portugueses e brasileiros e inserem normas sobre cada uma das funções sintáticas encontradas nas orações e nos diálogos; mas o que estão fazendo, na verdade, é adotar como sendo a mesma coisa o português europeu e o português brasileiro. E, de toda essa questão, surge um outro problema: a linguagem literária não é próxima da linguagem ordinária, pelo menos, não o estilo empregado pelos autores propostos pelos livros didáticos. A proposta de uma gramática fundamentada somente na literatura gera diversos problemas para os estudantes de uma língua; desta forma se expressa Bechara, quando afirma que:

A gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. (2004, p. 587).

As línguas sofrem modificações, ganham e perdem estruturas sintáticas e/ou fonéticas compreender a língua como algo estável somente prejudicará o aluno com a identificação de si com seu próprio idioma. Para Nougé, uma das definições que mais se encaixam com a função da gramática da língua é de que a “[...] Gramática é a diretiva da escrita segundo regras morfossintáticas cultas, para que o *homem* possa transmitir suas concepções e argumentações com ordem, com facilidade e sem erro a outros *homens* distantes no espaço ou no tempo.” (2015, p. 47). Tendo isso em mente, entende-se que o “escrever bem” é o que guia as normas gramaticais, não cabendo, pelo menos para os normativos, espaço para inserir o

estudo da produção linguística, visto que a gramática tende a dar ordem à desordem.

Sabe-se que a percepção da língua como um instrumento mecânico gera deturpações das demais questões que se possa tratar referentes à língua; deste modo, a visão de uma língua “ordenada” pela linguagem literária é, não menos do que, fantasiosa, pois, para que isso ocorra, faz-se necessário que as línguas deixem de modificar-se necessariamente. Já que isso não ocorre, há que se buscar outros meios de compreender as mudanças e como trabalhar todas essas questões dentro da sala de aula sem que seja preciso decorar páginas e páginas de regras. A linguagem literária está preocupada com a estética, a ideia de “transmitir concepções e argumentações” não condiz com essa linguagem que está sendo usada como modelo de “bem escrever” e, muito menos, do “bem falar”.

Saber como as gramáticas tradicionais abordam o tema da colocação pronominal é importante para entender o porquê de se ensinar essas regras e, assim, entender como deixar de aplicar as regras gramaticais do português europeu nas escolas brasileiras e, enfim, ensinar português brasileiro para os brasileiros. O ensino tem se pautado numa tendência enclítica que ressurgiu, segundo Cardeira, “na transição do português clássico para o português contemporâneo [europeu].” (2021, p. 163).

O grande problema disso é que muitos dos alunos estão recebendo, por meio dos alguns livros didáticos que ainda permanecem sendo dados nas aulas de português uma influência lusitana que não corresponde com a brasilidade da língua falada por eles na hora do recreio. Para que isso possa ficar mais claro, há uma distinção entre as duas línguas e será demonstrada, brevemente. Iniciando com a *Suma gramatical*, de Nougé, o autor diz que:

Em Portugal, onde as vogais átonas tendem ao escurecimento¹⁸ em face das consoantes, a posição preferencial dos pronomes átonos é a ênclise; no Brasil, onde as vogais são antes semiátonas ou semitônicas, a posição preferencial de tais pronomes é a próclise. (2021, p. 580-581).

Além disso, enfatiza que tais considerações cabem à oralidade mais do que à escrita, pois, para ele, a escrita deve ser guiada pelos textos dos melhores escritores da língua, porque “a escrita não é automática como a fala.” (2021, p. 581). A partir

¹⁸ Ou melhor, “tendem ao ensurdecimento”.

disso, deve-se estabelecer regras comuns entre lusitanos e brasileiros, dando, a todos, “livre campo supranacional”, ou seja, possibilitando que o autor, por preferência, dite o seu estilo segundo as regras de seu próprio país. Para exemplificar tal afirmação, Nougé elenca as regras gramaticais referentes às colocações dos pronomes átonos; em uma delas, a sétima, diz: “usar próclise ao verbo quando este se antecede de advérbio”:

- (31) não “Ontem premiaram-’no””, mas **Ontem** o PREMIARAM;
- (32) não “Sempre foi-lhe respeitoso”, mas **Sempre** lhe FOI respeitoso; [...].¹⁹”

Em seguida, na “observação geral”, o gramático continua:

Os brasileiros tendem a usar a próclise ao verbo quando este se antecede de certas conjunções subordinativas da primeira espécie (ou seja, as alternativas, as explicativas e as conclusivas), de qualquer pronome indefinido ou de quase todos os pronomes demonstrativos, enquanto os portugueses tendem, nos mesmos casos, a usar a ênclise ou a mesóclise. (2021, p. 583).

Para que não se prolongue demais, serão selecionados apenas quatro exemplos citados pelo autor. São eles:

- (33) **Ou** se TRABALHA, **ou** se DESCANSA (Brasil)²⁰;
- (34) **Ou** TRABALHA-se, **ou** DESCANSA-se (Portugal);
- (35) Estuda muito, **que** te SERÁ proveitoso (Brasil);
- (36) Estuda muito, **que** SER-te-Á proveitoso (Portugal); [...].²¹.

Apenas para fins de complementação, o gramático Marcelo Moraes Caetano afirma que:

Antes de tudo por questões de herança linguística - a língua que nos foi legada em maior escala é proveniente antes do mais de Gil Vicente do que de Camões -, além de, naturalmente, dever ser levado em conta o fator fonético (pois que no Brasil os pronomes átonos têm certa tonicidade que permite a eles uma autonomia no corpo da frase), é comum que comecemos mesmo períodos ou imperativos com pronomes. (2009, p. 366).

¹⁹ Exemplos da seção 2.2.7. (1) e (2) de NOUGÉ (2015, p. 583).

²⁰ Exemplo da seção 2.2.7. (7) de NOUGÉ (2015, p. 583).

²¹ Exemplos da seção 2.2.7. (8), (9) e (10) de NOUGÉ (2015, p. 583).

Em sequência, o autor estabelece as mesmas regras comuns em toda a gramática quanto à colocação dos pronomes átonos. Então, cabe questionar o que faz com que, nas escolas brasileiras, os alunos estejam estudando uma língua distante da usual de seu próprio país, sendo que, nas duas gramáticas tradicionais apresentadas, consta que há diferenças de um idioma e outro. O que falta entender é porque, mesmo com reconhecimento das diferenças, ainda há uma mescla de português europeu com brasileiro durante as aulas e por que permanecem o ensino das antigas regras dentro dessas mesmas gramáticas? É a partir disso que surge toda a discussão sobre o engessamento do ensino de língua portuguesa.

2.2 Reflexões acerca do ensino da colocação pronominal nas escolas brasileiras

O ensino da gramática tem como objetivo tornar o indivíduo apto a reconhecer e produzir, corretamente, as multifacetadas da produção escrita e oral; sendo, como define Carlos Nougé (2015), uma ordenação da língua. Mas, sabendo disso, pode-se perguntar se o ensino de gramática está, atualmente, visando este objetivo. O que este tópico tenta frisar é o que, há muitos anos, se classificou como sendo uma aula de gramática, ou, aula de português. Para a tristeza dos velhos métodos educacionais, o que mais se escuta de alunos do ensino fundamental e médio é: “eu não sei o português”. Percebe-se que a questão tornou-se grave, quando Magalhães e Marcelino sugerem, em seu artigo intitulado *Contribuições das pesquisas em aquisição para o ensino de clíticos do português*, que abordarão a temática adotando a perspectiva de que “aprender português nas escolas brasileiras, é equivalente a adquirir português como segunda língua²².” (2021, p. 94).

Enquanto a escola estiver visando apenas cumprir um programa de conteúdos, nada no ensino realmente mudará. De certa forma, todo o trabalho realizado em aula por uma parcela dos atuais professores segue uma tradição metodológica que é anterior a eles próprios e que, seguindo a tendência, é reproduzido, até inconscientemente, pelos educadores. Como bem define a citação:

²² Tal afirmação consta, também, em diversos textos de pesquisadores que trabalham com a gramática do português brasileiro.

[...] A consequência do ensino do português com base nessas regras anacrônicas é a total frustração do estudante diante de um ensino que para ele não faz o menor sentido. Ele não consegue ver nenhuma utilidade para o “aprendizado daquelas regras”. (MAGALHÃES; MARCELINO, 2021, p. 94).

Kato (1999) em *Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalinguístico* já relatava, muito antes, que: “o que o estudo revela é que, no nível de escrita do terceiro grau, a escola recupera a quantidade de clíticos usados no século XVIII, muito mais do que a quantidade de clíticos que o estudante encontra em narrativas e peças escritas atuais.” (1999, p. 217). É a partir da escola que a criança deixa de rabiscar, propriamente para começar a escrever e a ler. Mais a frente no texto da Kato, ela diz que “o mais significativo é a ausência total de clíticos na FALA e seu aparecimento no decorrer da escolarização, sendo usado em excesso no final do terceiro grau, constituindo o fenômeno de hipercorreção” (1999, p. 217). Não dar atenção às normas da oralidade, popular e culta, dentro da escola é ignorar a língua fora das obras literárias e academicistas; isto faz com que os alunos entendam que falam uma mescla entre português, que eles admitem não saber muito, e uma outra língua, com a qual conseguem se comunicar, pois reconhecem alguns elementos gramaticais expostos nas aulas, mas que, em outros aspectos, destoam. Mas, segundo Cyro, Nunes e Pagotto (2015) a colocação pronominal no português brasileiro é de “uma prevalência quase absoluta da posição proclítica ao verbo (92%, ou seja, 158 casos de próclise de um total de 172 dados²³) [...]”. (2015, p. 61).

É necessário especificar que, na oralidade, existem regras naturais, apagamentos e surgimentos e que a produção dessas “novidades” não são sintaxes erradas, mas desdobramentos do idioma; assim sendo, as regras gramaticais é que destoam das normas da fala, já que a produção oral precede à escrita. Por isso, o ensino dos fenômenos linguísticos não pode ter outro princípio, senão a história do idioma e de suas modificações. Desta forma, a crítica que deve ser feita é sobre o constante uso das normas lusitanas nas escolas brasileiras já que tais regras não mais condizem com as normas dos falantes.

2.3 Proposta de ensino

²³ Dados do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC).

A proposta educacional visa, antes de tudo, afastar o aluno da decepção das aulas de português. Isto é: distanciar a ideia de que aquilo que ele produz verbalmente, todos os dias, é algo distinto do português “verdadeiro”, pois expressões como “não sei português” são comuns dentro de uma lógica construída pelo ensino distorcido do que realmente é o português produzido por brasileiros. Dentre os motivos já explicitados, está o uso da gramática normativa: primeiramente, o embasamento teórico que a leva a estar estabelecida sobre a literatura clássica em língua portuguesa, e dela, retirar princípios de normas para o “bem escrever e o bem falar”.

Ao professor que acompanhou até o momento toda a exposição, provavelmente, compreenderá que a própria estrutura deste trabalho servirá como molde para a elaboração das aulas; explico: na introdução, apresento a colocação pronominal com muitos exemplos e, não apenas, um conceito vago. Uma definição no quadro não representa algo concreto, palpável; ao ler o conceito de “avião”, o aluno que nunca viu um avião de perto ou nunca experimentou viajar num não conseguirá reproduzir a mesma sensação daqueles que, não só viajaram, mas viram um de perto. Assim, a mera exposição oral ou cópia do livro didático ou, pior ainda, a leitura em um dicionário não será suficiente para que o aluno compreenda o que é a colocação pronominal, nem como isso o afeta na hora de conversar com os pais e amigos.

Outro problema é a sobrecarga de conteúdo teórico e normativo para explicação de um conceito, substituindo, assim, os exemplos por declarações menos didáticas. Deve-se, então, selecionar todos os exemplos que a gramática normativa dá e pedir para que os alunos copiem? Não, primeiro, porque não adiantará muita coisa e, segundo, que elencar regras e esperar que os alunos aprendam é ilusório.

Nesse caso, o livro didático pode ser um auxiliar à atividade aqui proposta²⁴; visto que os livros didáticos apresentam muitos textos e de diversos gêneros, os autores podem ser utilizados para a exemplificação do conteúdo. Não é qualquer exemplo que funcionará, por isso, para a análise da colocação pronominal, é necessário que se utilize da produção escriturística brasileira (romances, contos, crônicas, artigos de jornais e etc.). Além disso, o ideal é que sejam obras brasileiras, pois as traduções tendem a utilizar a gramática normativa como base, enquanto os

²⁴ Aliás, aquele professor que não usa o livro didático pode trazer seus próprios materiais.

textos brasileiros poderão romper, em certos casos, com a normatividade, adotando a colocação pronominal do Brasil. Então, o professor pode começar com textos atuais, em que o idioma brasileiro esteja mais expresso, para, posteriormente, passar para textos mais antigos e explicar as colocações pronominais também naqueles textos. Os textos atuais auxiliam o aluno a compreender que, até mesmo nos textos, o uso da próclise é mais comum e, principalmente, mais natural ao linguajar brasileiro²⁵.

Após explanar o conceito de pronomes átonos e, por meio da exemplificação, a exposição sobre a colocação pronominal, seria interessante que o aluno reconhecesse que as variações linguísticas sempre ocorreram na língua portuguesa; para isso, faz-se necessário que o professor utilize-se das tabelas e exemplos que estão na seção 1 deste trabalho, principalmente do período clássico até o português brasileiro, pois é a partir dali que as mudanças que ocorreram resultaram no idioma propriamente brasileiro.

Os períodos da história do português devem guiar o professor à discussão sobre as mudanças que ocorrem num idioma, não necessariamente apresentando todas as possibilidades, mas deixando claro para os alunos que elas ocorrem e que são naturais; assim, conceitos de mudança e variação precisam estar acompanhados de uma amostragem dessa naturalidade. É necessário que a exemplificação das regras gramaticais venha com as críticas expostas nas seções 2.1 e 2.2, pois, sem essa consciência, serão meras repetições sem sentido. Os alunos precisam entender que a língua portuguesa não está aprisionada nas gramáticas, por isso o período histórico é tão importante para a compreensão das variações para que se assimile que a gramática normativa está repercutindo um português que não condiz com a língua brasileira; por isso, toda discussão deve levar o aluno a essa reflexão.

A introdução de mapas e outros aparatos geográficos é importante para a visualização do que será explicado durante a exposição sobre os períodos históricos. Para complementar, devido às inovações tecnológicas estarem na maioria das escolas, seria interessante que o professor, caso consiga, utilize vídeos e filmes,

²⁵ Mas o professor não, necessariamente, precisa utilizar de textos literários ou jornalísticos para realizar suas atividades; outra maneira interessante é a aplicação de textos de outras áreas, como questiona Duarte (2012): “por que o aluno não tem acesso a textos com que tem de lidar nas aulas de história, de geografia, de ciências, de matemática?” (2012, p. 44-45). Deste modo, a multidisciplinaridade pode, até mesmo, sanar dúvidas e dificuldades dos alunos, quanto às outras matérias.

ou mesmo, músicas que complementem o conteúdo apresentado em aula. Como sugestão, o vídeo *Como era o português falado no Brasil do passado?*, no Youtube, do canal “Uma história a mais”. No vídeo, a autora lê alguns textos do início do século 16 escritos no Brasil como, por exemplo, a carta de Pero Vaz de Caminha. Também apresenta uma exposição sobre o regionalismo e alguns vocábulos que ainda existem daquela época.

Passando, agora, para o trabalho com os textos, pode-se iniciar este projeto com um pequeno texto ou com um poema para, depois, caso seja necessário, passar para texto mais longos; aqui, por exemplo, será utilizado o poema “Orfandade”, no livro *Bagagem*, de Adélia Prado. Assim, como já foi dito, é importante iniciar com obras literárias contemporâneas que expressam a colocação pronominal do português brasileiro falado pelo estudantes para, posteriormente, fazer uma comparação com outros textos de épocas anteriores a fim de que o aluno reconheça as diferenças a partir do que ele já conhece sobre o assunto.

(37) Meu Deus,
me dá cinco anos.
Me dá um pé de fedegoso com formiga preta,
me dá um Natal e sua véspera,
o rressonar das pessoas no quartinho.
Me dá a negrinha Fia pra eu brincar,
me dá uma noite pra eu dormir com a minha mãe.
Me dá minha mãe, alegria sã e medo remediável,
me dá a mão, me cura de ser grande,
Ó meu Deus, meu pai,
meu pai. (2021, p. 12).

Logo de cara, percebe-se o emprego de pronome átono em início de período; apesar de, na gramática normativa, tal colocação ser considerada um erro, o aluno perceberá que essa estrutura se encaixa perfeitamente no linguajar dele. Neste caso, não é uma questão de licença poética, é a expressão da linguagem brasileira tão comum na escrita de Adélia Prado. Para iniciar a discussão, o professor pode começar com algumas questões, por exemplo: vocês falam assim? Soa mais natural ou menos natural? E perguntas semelhantes a essas. Em seguida, para que eles

ouçam a diferença, seria interessante colocar o pronome átono em posição de ênclise de algum dos versos. Exemplo:

- (38) a. Dá-me cinco anos.
b. Dá-me um pé de fedegoso com formiga preta.

O que eles escutaram condiz com a linguagem utilizada pelos brasileiros? Por que os exemplos de (38)a. e b. causam estranheza e, talvez, até dificuldade de se pronunciar? Soa natural? Alguém fala assim nas ruas, nos bares ou nos supermercados? Alguém escreveria assim? São questões que poderão nortear a aula. A partir desse ponto, o professor pode apontar as mudanças sintáticas e fonéticas que o português brasileiro sofreu no final do século XIX e o porquê de, no português europeu, a posição enclítica ser encontrada até nas falas das crianças portuguesas. Por fim, o professor pode terminar explicando a necessidade de que se estude a língua brasileira, nas escolas, por meio de gramáticas do português brasileiro. A partir daqui, o professor pode apresentar textos de outras épocas do português brasileiro a fim de comparação para que os alunos percebam a evolução da língua dentro do país; para isso, escolhi esse trecho de *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, para chegar ao conteúdo, por exemplo:

(39) *9 de janeiro*

“Segundo aniversário da minha volta definitiva ao Rio. Não ouvi hoje os pregões do ano passado e do outro. Desta vez lembrou-me a data sem nenhum som exterior; veio de si mesma. Esperarei ver a mana entrar-me em casa e convidar-me a ir com ela ao cemitério. Não veio (são quatro horas da tarde) ou porque se não lembrou, ou por lhe não parecer necessário todos os anos”. (2013, p. 129).

Neste pequeno trecho, encontra-se muito o que se trabalhar. Primeiramente, a posição enclítica em:

(40) “*lembrou-me*”;

(41) “*entrar-me*”;

(42) “*convidar-me*”.

Machado de Assis é um autor que escreveu alguns dos seus romances próximo ao final do século XIX, mas, como visto, ele não adota as novidades linguística do português falado no Brasil; mesmo assim, é um autor que se utiliza de uma gama de colocação pronominal em ênclise e mesóclise, principalmente, o que é muito útil para este trabalho. Deste modo, a utilização desse, ou de outros autores dessa época, torna-se ideal para a explicação sobre as modificações quanto à colocação pronominal no português brasileiro. Outro detalhe é a *negação* sendo causa para próclise em

(43) “*se não lembrou*”;

(44) “*por lhe não parecer*”²⁶.

Por que a negação causa a próclise? Por que a ênclise não caberia nessa oração? Esse trecho final pode ser utilizado no princípio da aula, antes de toda explicação, para causar curiosidade ou após a conceituação sobre os proclisadores. Agora que os alunos estão acostumados com a ideia de mudanças que ocorrem dentro do idioma ao longo do tempo, cabe ao professor ressaltar as diferenças entre o que há na gramática normativa – com tendências lusitanas – e na gramática brasileira quanto a colocação dos pronomes átonos dentro das orações. Apresentar algumas das regras, por exemplo, as que foram apresentadas na seção 2.1 quanto ao uso do pronome átono em início de período, que ocorre no português brasileiro, mas não é permitido no português lusitano.

Por fim, o professor escolherá a melhor forma de aplicar as propostas apresentadas neste trabalho, baseando-se no conhecimento prévio dos alunos, e no conhecimento sobre os alunos; por isso, não foi adotada a opção de elaborar uma sequência didática, mas propostas, para que houvesse a liberdade de modificação, sugestão e reelaboração. Também não foi estabelecido o ano escolar ideal para a aplicação do conteúdo; portanto, o professor que estiver lendo este trabalho poderá adaptá-lo para alunos do ensino fundamental e médio ou, talvez, como base para algum texto sobre a colocação pronominal no português.

²⁶ Neste caso, o clítico “sobe”, no português brasileiro isso não se usa mais e, no português europeu, não há muitos dados de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou apresentar, sobretudo, uma proposta de ensino da colocação pronominal no português brasileiro, visando a necessidade de reflexão sobre o ensino de gramática ainda presente nas escolas brasileiras e propor uma alternativa viável para os professores. Há, ainda, muito o que se pesquisar sobre o assunto, explorar outros meios de apresentação do conteúdo e fazer com que essas propostas não permaneçam, apenas, dentro do ambiente acadêmico, mas que adentrem as aulas de português no Brasil. Espera-se que, daqui alguns anos, os trabalhos acadêmicos citados hoje tenham sido importantes para as modificações na educação brasileira, principalmente no quesito do ensino de português.

A reflexão sobre as mudanças por meio do ensino da história do idioma é essencial para a compreensão de tudo o que foi abordado na Proposta, ao ponto de que, sem isso, nada faz sentido, já que o aluno não terá a consciência de que o idioma não é um objeto estável e imutável, mas modifica-se por diversos motivos. Quanto mais rápido os professores de português conseguirem inserir isso dentro do ensino gramatical melhor, possibilitando que os alunos consigam entender-se como falantes de um idioma que evolui. Mas, para que haja uma modificação no modo de ensinar, o professor não pode mais basear-se inteiramente nos livros didáticos, já que estes não apresentam senão a estrutura tradicional das gramáticas normativas.

Portanto, faz-se necessário que o futuro professor de português atente-se para determinadas formalidades existentes na hora de elaborar uma aula, quase sempre, iniciando-a com um conceito abstrato e seguindo com normas incompreensíveis. Seguir o livro didático não é um erro, desde que seu aluno entenda, exatamente, do que está sendo tratado durante a exposição das aulas e, principalmente, compreenda o motivo de cada uma das proposições abordadas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática reflexiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2009.
- CASTRO, Ivo. *Introdução à história do português*. 2ª Ed. Lisboa: Colibri, 2011.
- CARDEIRA, Esperança. *Gramática histórica do português europeu*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Parábola, 2021.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Imperial novo milênio, 2011.
- CUESTA, Pillar Vázquez; LUZ, Maria Albertina M. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CYRINO, Sonia. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objetos nulos e clíticos. In.: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- CYRINO, Sonia; NUNES, Jairo; PAGOTTO, Emilio. Complementação. In.: KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). *A construção da sentença*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Sobre o ensino da gramática nos níveis fundamental e médio: por que, quando e como?. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19 nº 30, Jan/Jun. 2012, p. 41-60.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. 1ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

GALVES, Charlotte. A ênclise no português clássico. In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (Orgs.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2015.

KATO, Mary A. Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalinguístico. In.: CABRAL, Loni Grimm; MORAIS, José (Orgs.). *Investigando a linguagem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Editora José Olympio, 2010.

MAGALHÃES, Telma; MARCELINO, Marcello. Contribuições das pesquisas em aquisição para o ensino de clíticos do português. In.: RECH, Núbia Ferreira; GUESSER, Simone (Orgs.). *Morfologia, sintaxe e semântica na educação básica*. 1ª Ed. Campinas: Editora Pontes, 2021, v. 2, p. 93-131.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NOUGUÉ, Carlos. *Suma gramatical da língua portuguesa: gramática geral e avançada*. 1ª ed. São Paulo: É-realizações, 2015.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In.: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

PRADO, Adélia. Orfandade. In.: PRADO, Adélia. *Bagagem*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Cameron, 2021.

UMA HISTÓRIA A MAIS. Como era o português falado no Brasil do passado? *Youtube*, 06 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vpvQ09SLxQc&ab_channel=Umahist%C3%B3riaaamais>. Acesso em 15 fev. 2023.